

número maior de beneficiados ocorreu em São Paulo, onde 2.998 comerciários receberam, de auxílio-natalidade, Cr\$ 794.601,00. No Distrito Federal, o auxílio natalidade foi concedida a . . . . 2.106 segurados do I. A. P. C., no total de Cr\$ . . 674.594,00. No Estado de Mato Grosso é que se verificou o menor número de comerciários beneficiados pelo auxílio-natalidade, pois este ali foi concedido a apenas 49 segurados, num total de Cr\$ 12.898,00, cada um dos quais recebeu, de maneira geral, no entanto, uma quantia superior à média paga no Brasil, pois a cada beneficiado coube, em média, o auxílio de Cr\$ 263,00, ao passo que no Brasil a média foi de Cr\$ 246,00.

Já em 1946, porém, graças, principalmente, ao patriótico impulso que o Senhor Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, vem imprimindo à concessão de benefícios pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, o I. A. P. C. aumentou consideravelmente a concessão do auxílio-natalidade. Nesse ano, foram beneficiados com o auxílio-natalidade 18.810 comerciários com os quais se despendeu a quantia de Cr\$ 4.992.997,00. Cumpriu, dessa forma, o I. A. P. C., em 1946, as determinações do Senhor Presidente da República, pois não só foram aumentados consideravelmente o número de au-

xílios e a quantia total paga, como também ficou bem elevada, em relação ao ano anterior, a quantia despendida com cada beneficiário, uma vez que a média do auxílio que, em 1945, foi de Cr\$ 246,00 subiu, em 1946, para Cr\$ 265,00.

O Estado de São Paulo continuou, em 1946, como vem acontecendo desde 1941, na vanguarda dos benefícios recebidos, sendo que ali foram pagos, a 3.745 comerciários, Cr\$ 1.067.271,00, quantia esta bem maior que a despendida em 1945 com o mesmo benefício aos comerciários paulistas. No Distrito Federal, situado em segundo lugar, o I. A. P. C. atendeu a 3.040 associados — cujas famílias foram aumentadas, tendo pago aos mesmos Cr\$ 1.038.409,00.

O Estado de Mato Grosso continuou ocupando o último lugar, pois o número de associados beneficiados foi de apenas 51. Como, porém, foi bastante aumentada a quantia total paga aos mesmos, a qual montou a Cr\$ 14.183,00, os comerciários matogrossenses continuaram, no que toca ao auxílio-natalidade, em posição superior à média dos comerciários brasileiros, pois que enquanto a estes coube, de maneira geral, Cr\$ 265,00 de auxílio, aqueles receberam, em média, Cr\$ 278,00 em cada caso em que tiveram a sua família aumentada.

Após cinco meses de atividade, encerrou seus trabalhos a Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, apresentando os seus titulares, ao Ministro da Fazenda, substancial relatório, que encerra as minuciosas análises realizadas e a média das opiniões dos técnicos relativamente ao equacionamento dos nossos problemas básicos.

Dito relatório versa, com objetividade e lucidez, temas atualíssimos e palpitantes.

Caracteriza, de início, certas feições negativas de nossa economia, entre as quais a da falta de equilíbrio, motivada “pela ausência de desenvolvimento harmônico entre a produção agropecuária e os transportes, o ritmo das construções urbanas e a expansão da indústria”. A seguir, destaca a deficiência da produção agropecuária e dos meios de transporte como forças ponderáveis no aumento de preços e como obstáculos à política de combate à inflação. Evidencia o imperativo de controlarmos nossas importações até que se restabeleça o equilíbrio da balança de pagamentos e de produzirmos no Brasil “o que possa substituir uma importação que aumenta em ritmo desproporcionado com os acréscimos prováveis das exportações”. Ressalta a importância decisiva da estabilidade financeira na execução dos programas de desenvolvimento econômico, recomendando uma rígida e alerta política de

crédito sem liberalidades, um pouco mais flexível quanto ao crédito agrícola. Salieta o valor dos fertilizantes no aumento da produção, agrícola, recomendando, para isso, “a exploração de jazidas de minérios fosfatados e a instalação de fábricas de fosfato de nitrato onde houver a possibilidade de aliar a existência do minério ao uso de energia hidroelétrica, em grande abundância. Aponta a necessidade imprescindível do reequipamento da indústria brasileira, submetida por tantos anos a contínuo desgaste, sem a renovação correspondente. Recomenda a fabricação intensiva de ferro gusa, que melhorará nossa exportação. Admite as dificuldades para a exportação, em larga escala, do minério de ferro, sugerindo, porém, diretrizes que possibilitarão o seu aumento gradativo. Fixa a vantagem de preferir, para exportação, o minério de manganês do Amapá e Mato Grosso ao de Minas Gerais. Focaliza problemas de pesca e piscicultura, da indústria madeireira, da mão de obra — formação profissional e imigração qualificada. Sugere providências de combate aos surtos inflacionários, a reorganização do mercado de títulos, a criação de um Banco Central, o reaparelhamento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil como etapa preliminar para a criação de um Banco Rural. Aprecia, finalmente, questões relativas à inversão de capitais estrangeiros.

Trata-se, como fica patente, de uma corajosa